

# escola **i**nformação

N.º 315 | julho 2026 | MENSAL | 0,50€

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

## **CAOS** **NOS EXAMES** **NACIONAIS**

### **RESULTADO DO** **DESMANTELAMENTO** **DO MECI**

A ironia é evidente: um ministro, alegando modernizar a Educação, acaba por protagonizar um dos processos de exames mais atribulados na História da Educação em Portugal. E, no final, procura convencer o país que todos falharam... exceto quem tinha o dever de garantir que o sistema funcionava!

## sumário

# 4

### escola em movimento

Quando o Estado perde capacidade,  
a Escola Pública paga o preço | **p. 4**

Exames Nacionais - Milhares de profis-  
sionais, jovens e suas famílias com a vida  
em suspenso: Fernando Alexandre e a  
pedagogia da culpa | **p. 5**

A luta derrotou o Pacote Laboral! | **p. 7**

Milhares de docentes em Lisboa  
reafirmam: ECD em revisão não pode ser  
em vão! Valorização, já! | **p. 8**

Protelar, protelar, protelar. Eis a estratégia  
do MECI na revisão do ECD! | **p. 9**

Pela equidade na monodocência | **p. 11**

Revisão do Regime Jurídico da Educação  
Inclusiva: proposta do MECI apresenta  
riscos | **p. 12**

Questões e perigos anunciados de uma  
Inclusão excluída | **p. 12**

Ciência, Inovação e Sociedade, só com  
o fim da precariedade | **p. 13**

# 14

### cidadania

“É na participação em projetos  
que eles constroem o próprio  
conhecimento” | **p. 14**

Consultório jurídico | **p. 15**



ficha técnica

**Diretor** José Feliciano Costa | **Chefe de Redação** Manuel Guerra  
**Conselho de Redação** Anabela Tavares, Dulce Arrojado, Paula Ro-  
drigues, Jorge Humberto, Pedro Nunes, André Levy, António Avelãs,  
Sara Covas **Composição** Fátima Caria **Jornalistas** Lúcia Calapez,  
Sofia Vilarigues **Paginação e Grafismo** Dora Petinha **Capa:** D.I.P.  
**Fotografia** Joana Rodrigues e Pedro Pereira **Revisão** Lúcia Calapez  
**Impressão** Multiponto, S.A. **Edição e Propriedade** Sindicato dos  
Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128  
Lisboa **NIPC** 501057528 **Periodicidade** Mensal **Tiragem** 15.500  
**Depósito legal** 9157/85 **ICS** 109893





## Fernando Alexandre: o rosto de uma política falhada

**F**ernando Alexandre tornou-se o rosto de uma política educativa que tem conduzido ao progressivo enfraquecimento da Escola Pública. A incapacidade de resolver a falta de professores, o adiamento da revisão do Estatuto da Carreira Docente, a manutenção da precariedade e a desvalorização da profissão são o resultado de opções políticas que estão a comprometer o presente e o futuro da educação. O caos verificado nos exames nacionais não caiu do céu. É consequência de decisões erradas, de sucessivos alertas ignorados e do enfraquecimento da capacidade de resposta da administração educativa. Perante este cenário, o ministro voltou a recusar assumir responsabilidades, preferindo procurar culpados entre aqueles que todos os dias garantem o funcionamento das escolas.

Quando um governante acumula erros, ignora os problemas e se demite das suas responsabilidades políticas, deixa de reunir condições para continuar em funções. Fernando Alexandre chegou a esse ponto. A sua demissão é hoje uma exigência política, porque a Escola Pú-

blica e os seus profissionais merecem um rumo diferente.

Mas a atuação deste ministro não pode ser dissociada de um projeto político mais amplo. O progressivo desinvestimento na Escola Pública, a desvalorização da carreira docente, a degradação das condições de funcionamento das escolas e a incapacidade de responder aos problemas estruturais da educação criam as condições para justificar uma crescente transferência de responsabilidades para o setor privado. Fragilizar a Escola Pública é abrir caminho à sua privatização. É transformar um direito constitucional num negócio e substituir uma lógica de igualdade de oportunidades por uma lógica de mercado.

É por isso que este é um momento de grande responsabilidade para todos os professores. A defesa da carreira docente é inseparável da defesa da Escola Pública. Só a unidade, a mobilização e a luta dos professores poderão travar este caminho e afirmar uma alternativa que valorize a profissão, reforce a escola pública e garanta uma educação de qualidade para todos. A história demonstra que nenhuma conquista foi oferecida. Também desta vez será a nossa determinação que fará a diferença. ●

# Quando o Estado perde capacidade, a Escola Pública paga o preço



José Feliciano Costa | Presidente SPGL

Quando o Governo aprovou a profunda reorganização do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, apresentou-a como um “virar de página”. Na realidade, deu início a uma das mais profundas operações de desmantelamento da Administração Educativa desde a criação do Ministério da Educação.

Sob o discurso da modernização, da simplificação administrativa e da transformação digital, extinguiram-se organismos, fundiram-se serviços, eliminaram-se estruturas técnicas especializadas e enfraqueceu-se deliberadamente a capacidade operacional do Estado. Esta reorganização não constituiu um mero exercício de engenharia administrativa. Traduziu uma opção política e ideológica bem definida. O Estado deixou de ser concebido como garante direto do direito constitucional à educação para passar a desempenhar, cada vez mais, um papel de regulador, transferindo competências para agências, entidades externas e operadores privados.

Trata-se de uma visão profundamente marcada pela lógica neoliberal que, há décadas, procura reduzir o papel do Estado, desvalorizar os serviços públicos e transformar direitos sociais em oportunidades de negócio. A educação deixa de ser encarada como um bem público, universal e emancipador para passar a ser tratada como um mercado onde diferentes operadores competem pelo acesso ao financiamento público. O SPGL e a FENPROF denunciaram, desde o primeiro momento, que esta reforma representava muito mais do que uma simples alteração de organogramas. Alertou para o esvaziamento

do Ministério, para a descaracterização das suas funções, para a transferência de responsabilidades para novas estruturas e para a crescente dependência de consultoras, empresas privadas e entidades externas na execução de funções que sempre integraram a missão da Administração Educativa.

A Escola Pública portuguesa não precisa de um Estado mais pequeno. Precisa de um Estado mais forte, mais competente e mais presente. Precisa de investimento nos seus profissionais, nas suas estruturas técnicas e na Administração Educativa. Porque defender a Escola Pública é, antes de mais, defender a capacidade do Estado para cumprir a sua missão constitucional. Enfraquecer essa capacidade é enfraquecer a própria escola pública.

O caos que marcou o processo de classificação dos exames nacionais de 2026 não surgiu por acaso, nem pode ser explicado apenas por uma plataforma informática que falhou. Constitui a manifestação mais visível das consequências de uma opção política que desvalorizou o conhecimento técnico acumulado durante décadas, fragmentou responsabilidades, enfraqueceu estruturas experientes e substituiu a capacidade da Administração Pública por um modelo excessivamente dependente de soluções tecnológicas e de entidades externas.

Perante as dificuldades verificadas, em vez de assumir as responsabilidades po-

## Exames Nacionais 2026

# Milhares de profissionais, jovens e suas famílias com a vida em suspenso: Fernando Alexandre e a pedagogia da culpa

líticas que lhe competiam, o Governo procurou deslocar o foco do debate para os professores. Mas os factos demonstram exatamente o contrário. Foram milhares de docentes classificadores que, com um extraordinário sentido de responsabilidade e profissionalismo, impediram que o sistema entrasse em rutura. Trabalharam durante noites e fins de semana, adaptaram-se sucessivamente a procedimentos alterados e suportaram uma pressão resultante de falhas organizativas e tecnológicas que lhes eram completamente alheias.

Infelizmente, os exames nacionais de 2026 vieram confirmar que não basta proclamar a modernização para modernizar. Sem investimento na Administração Pública, sem competência técnica, sem planeamento e sem respeito pelas estruturas que durante décadas garantiram o funcionamento do sistema educativo, a chamada modernização transforma-se apenas numa estratégia de fragilização do serviço público.

E quando se fragiliza deliberadamente o serviço público de educação, abre-se caminho a um modelo em que o Estado deixa de ser o principal garante do direito à educação para se limitar a financiar e regular um sistema cada vez mais dependente de interesses privados. É por isso que defender a Administração Educativa é, hoje, uma condição indispensável para defender a escola pública. ●

As declarações do ministro da Educação, Fernando Alexandre, constituem um caso de estudo, uma vez que aos simpáticos louvores e pedidos de desculpa aos professores pelo trabalho feito, segue-se a exigência de trabalho missionário a quem trabalha nas escolas e tem tarefas na publicação de resultados. Nenhum trabalhador das escolas está obrigado, a não ser que seja expressamente convocado e nos termos legalmente previstos, a trabalhar à noite e ao fim de semana. Fernando Alexandre conseguiu um feito raro: transformar um processo nacional de exames, que deveria transmitir confiança e rigor, num exemplo de improvisação, desorganização e desconfiança.

É verdade que as notas dos exames do secundário lá acabaram por ser publicadas, apesar de haver milhares em situação “suspensa”. Contudo, importa salientar que tal só foi possível graças ao brio profissional, ao sentido de responsabilidade, à capacidade de sacrifício e à abnegação de milhares de classificadores, que, apesar de destratados e desrespeitados pela tutela, o conseguiram garantir. Mas isso não apaga o caos que marcou todo o processo.

Neste momento, a publicação, que teve como único objetivo o cumprimento de calendário, veio confirmar os avisos e receios de muitos: havia erros graves que não garantiam a fiabilidade e a confiança do processo, e as classificações nunca deveriam ter sido publicadas naquelas condições. Apagar um incêndio não significa que ele nunca tenha existido e, neste caso, é bem possível que a fase de rescaldo venha a ser marcada por graves reacendimentos. Um dos que já se identifica é o enorme número de notas suspensas, que, desde logo, coloca em causa a equidade e frustra as legítimas expectativas dos alunos e das suas famílias.

Num momento como este, esperar-se-ia de um ministro, antes de tudo, a plena e inequívoca assunção de responsabilidades e a consequente procura de soluções para o problema.

Mas este, ao invés, preferiu distribuir culpas. Primeiro, os professores, acusados de resistirem à mudança. Depois, o Júri Nacional de Exames, por, alegadamente, fornecer informações erradas. Depois, novamente os professores, por não estarem disponíveis para classificar, quando, afinal, havia centenas de classificadores disponíveis, que apenas não conseguiram evitar os atrasos por não receberem os itens na plataforma. E nem os diretores escaparam, tratados como se bastasse um telefonema para os responsabilizar por resolver problemas criados pela própria tutela.

Ficaram, ainda, por explicar os milhões de euros anunciados para resolver a falta de professores e o pagamento das horas extraordinárias. Promessas não faltaram, mas quanto a esclarecimentos, esses ficaram pelo caminho.

**A ironia é evidente: um ministro, alegando modernizar a Educação, acaba por protagonizar um dos processos de exames mais atribulados na História da Educação em Portugal. E, no final, procura convencer o país que todos falharam... exceto quem tinha o dever de garantir que o sistema funcionava!**

Resta agora uma questão inevitável: depois de tantos erros, contradições e suspeições lançadas sobre as próprias estruturas do Ministério, que confiança podem alunos, famílias e escolas depositar neste processo? À medida que vão sendo publicados os resultados, constata-se que são milhares as notas suspensas e confirma-se o que mais se temia - o processo está inevitavelmente comprometido, faltando ainda conhecer a verdadeira dimensão dos problemas e suas consequências. O Governo não pode fingir que nada aconteceu. Avançar para a segunda fase como se nada de errado tivesse ocorrido na primeira não é solução. Situações excecionais obrigam a soluções excecionais. Os alunos não podem ser cobaia de experimentalismos ministeriais. E o ministro não pode sair impune. ●

Lisboa, 18 de julho de 2026  
O Secretariado Nacional da FENPROF



Greve Geral | 3 de junho de 2026



# A luta derrotou o Pacote Laboral!



Jorge Gonçalves | Vice-Presidente SPGL

Os educadores e professores contribuíram para a derrota do Pacote Laboral, com a consciência de que não é indiferente estar num processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente com a ameaça de um quadro ainda mais gravoso.



A luta derrotou as intenções do governo de, não só manter os aspectos negativos da actual legislação laboral, como ainda avançar com muitos outros que iriam piorar a situação dos trabalhadores. Estava em causa o aprofundamento do ataque à contratação colectiva, à liberdade sindical e ao direito à greve, a facilitação dos despedimentos, a generalização da precariedade, o banco de horas, a desregulação dos horários e o ataque à conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar. Os educadores e professores contribuíram para a derrota do Pacote Laboral, com a consciência de que não é indiferente estar num processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente com a ameaça de um quadro ainda mais gravoso. Recusaram, por isso, tendo em conta a especificidade da profissão, uma maior desregulação dos horários, ataques à liberdade sindical e o estabelecimento de serviços mínimos na educação, entre outros ataques. Mesmo para quem tentou desviar as

atenções e desvalorizar a luta, não há qualquer dúvida que foi a resistência dos trabalhadores, consistente e contínua ao longo de vários meses, que permitiu a derrota do Pacote Laboral. Foram as duas grandes greves gerais de 11 de dezembro e 3 de junho, a manifestação logo a 20 setembro, a marcha nacional de 8 de novembro, a manifestação a 13 de janeiro, com a entrega de mais de 190 mil assinaturas de rejeição do pacote, as manifestações nacionais de 28 de fevereiro e 17 de abril, a concentração frente à Assembleia da República, em dia de discussão da proposta do governo, foram também os milhares de reuniões e plenários realizados e os milhares de ações e greves no setor privado e público, por todo o país, que determinaram a derrota do pacote laboral.

Fica também claro que é necessário dar seguimento à dinâmica da enorme luta contra o Pacote Laboral, com uma centralidade na necessidade de melhoria dos serviços públicos e das funções sociais do Estado. Assim como, na Escola Pública, debaixo de um ataque brutal, a luta terá também que continuar! ●



Manifestação Nacional | 16 de maio 2026

# Milhares de docentes em Lisboa reafirmam: ECD em revisão não pode ser em vão! Valorização, já!

**P**erto de 25 mil professores, educadores e investigadores vindos de todo o país - desde os Açores e da Madeira até Viseu, do Algarve a Bragança - e de todos os setores de ensino - da Educação Pré-Escolar ao Ensino Superior -, do público e do privado desfilarão no dia 16 de maio, em Lisboa, desde o Cais do Sodré até à Praça dos Restauradores. Em causa, a exigência de valorização da profissão e da carreira docente e a defesa da Escola Pública, inclusiva, de qualidade e para todos. Na Praça dos

Restauradores, os dois secretários-gerais da FENPROF, Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa, saudaram os milhares de professores e educadores presentes. José Feliciano Costa confirmou, também, a participação dos docentes na Greve Geral convocada pela CGTP-IN para dia 3 de junho. O Secretário-geral da CGTP-IN, Tiago Oliveira, acompanhou todo o percurso e, no final, saudou os professores e educadores presentes pela grande manifestação de força, convicção e empenho na luta promovida pela FENPROF e pelos seus sindicatos. No encerramento da manifestação,

ouve-se, ainda, o testemunho de uma jovem professora, que sublinhou a importância de valorizar a carreira como forma de atrair e cativar os mais jovens para a profissão docente. ●



Vídeo

Francisco Gonçalves: Intervenção do Secretário-geral na Manifestação Nacional de Professores



Vídeo

José Feliciano Costa: Intervenção do Secretário-geral na Manifestação Nacional de Professores

Revisão do ECD

# Protelar, protelar, protelar. Eis a estratégia do MECI na revisão do ECD!



António Anes | Vice-Presidente SPGL

Constata-se o que logo de início se temia. O MECI pretende prolongar a revisão do ECD empastelando o processo negocial com reuniões intencionalmente inoperacionais, repetitivas e pouco objetivas. Repetem-se conteúdos já abordados anteriormente, desprezam-se propostas mais significativas da FENPROF.

**S**enão vejamos. Durante este ano letivo já se realizaram 12 reuniões e ainda não se passou do tema 2 do protocolo de revisão. No entanto, é importante destacar que no objetivo central traçado pelo MECI em relação à revisão, no sentido de dismantlar o atual ECD, o ministério vai paulatinamente tentando a descaracterização da profissão docente e o fim da carreira de corpo especial (docentes). Mas pensou mal o MECI julgando que os professores se manteriam eternamente adormecidos com a restituição gradual do tempo de serviço roubado. Em 16 de maio de 2026, 25000 educadores, professores e investigadores saíram à rua em defesa do atual ECD e da sua carreira docente consubstanciada num corpo especial da Administração Pública; exigem que a revisão do ECD valorize de facto os professores e não lhe retire direitos; reivindicam uma maior estabilidade e valorização profissional, num contexto de combate à falta de professores.

A profissão docente tem características próprias que não se podem diluir em qualquer outro referencial de competências da Administração Pública. Terá de ser valorizada quer ao nível das condições de trabalho quer ao nível da sua estrutura de carreira. Foi isso que os professores afirmaram na manifestação de 16 de maio. E não poderá ser com os descarados protelamentos, que o MECI teima impor no processo negocial. Trata-se de uma inoperância intencional, que serve os objetivos políticos e orçamentais do governo da AD, enquanto prolonga a degradação das condições de exercício da profissão docente. Urge avançar para estes temas na revisão do ECD, valorizar a profissão em todas as suas vertentes e dar um contributo significativo para acabar com o muito prolongado período de falta de professores.

Os professores deram um expressivo aviso e esperam outra atitude do MECI. Exigem a manutenção do atual ECD melhorado, mas não minado. Senão...●



# Pela equidade na monodocência



**Cátia Domingues** | Vice-Presidente SPGL



**Catarina Teixeira** | Dirigente SPGL

A luta pela equidade na monodocência é uma reivindicação antiga do SPGL e da FENPROF. Educadores de infância e professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) continuam sujeitos a condições de trabalho mais gravosas do que as dos restantes docentes, situação que se prolonga há décadas, sem qualquer justificação pedagógica, mantendo desigualdades inaceitáveis que importa corrigir.

Foi para exigir justiça e igualdade de tratamento que, no passado dia 15 de junho, mais de 2300 docentes participaram na Tribuna Pública promovida pela FENPROF, junto ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação. A forte adesão demonstrou que o descontentamento é profundo e que os docentes da Educação Pré-Escolar e do 1.º CEB exigem equidade nas condições de trabalho relativamente aos restantes setores, bem como respostas concretas no âmbito da revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

A FENPROF defende que este processo negocial deve pôr fim às desigualdades existentes, assegurando a fixação da componente letiva em 20 horas semanais, a aplicação das reduções previstas no artigo 79.º do ECD, nos termos propostos pela FENPROF, a redução da componente letiva pelo exercício de cargos e funções, a harmonização do calendário escolar com os restantes níveis de educação e ensino e a criação de um regime específico de aposentação, aos 36 anos de serviço, sem penalizações, em reconhecimento da

elevada exigência da monodocência. Estas reivindicações não constituem privilégios, mas sim medidas de equidade e de valorização profissional. Corrigir estas injustiças significa reconhecer a especificidade do exercício da monodocência e garantir condições de trabalho dignas para quem assegura as bases do percurso educativo das crianças. Melhorar as condições de trabalho destes docentes é também reforçar a qualidade da Escola Pública e garantir melhores condições para o desenvolvimento das aprendizagens.

Perante a ausência de respostas da tutela, a FENPROF continuará a intervir e a mobilizar os docentes para que a revisão do ECD não se limite a alterações, mas represente um verdadeiro compromisso com a eliminação das desigualdades existentes, valorizando a profissão docente e defendendo os direitos de quem exerce em monodocência.

A mobilização dos educadores e professores continuará a ser decisiva para alcançar estes objetivos. A FENPROF manterá a luta até que sejam garantidas soluções concretas que assegurem a equidade, a valorização da profissão docente e o reforço da Escola Pública! ●

Revisão do Regime Jurídico  
da Educação Inclusiva:

# Proposta do MECI apresenta riscos

**D**epois de entregar em mão no MECI, juntamente com outras organizações, a FENPROF introduziu a sua posição na plataforma aberta para consulta pública relativa à revisão do Decreto-Lei n.º 54/2018 (Revisão do Regime Jurídico da Educação Inclusiva), considerando que, apesar de reconhecer problemas reais na aplicação do atual regime, a proposta do governo não responde aos principais constrangimentos das escolas e pretende introduzir alterações que levantam sérias preocupações.

Embora o MECI afirme que esta é uma revisão essencialmente operacional, a FENPROF considera que se trata de uma alteração profunda, com a criação de novas estruturas, a redefinição de responsabilidades e a possibilidade de externalização de respostas educativas, afastando recursos humanos especializados das escolas.

A FENPROF alerta, ainda, para a intenção de fazer entrar em vigor o novo regime já no ano letivo de 2026/2027, sem que estejam aprovados cerca de uma dezena de diplomas regulamentares e outros documentos indispensáveis à sua aplicação. Esta precipitação criará indefinição, desigualdade de práticas entre escolas e agravará a sobrecarga de trabalho dos profissionais.

Entre as principais preocupações destacadas pela FENPROF encontram-se:

- a entrada em vigor do diploma sem regulamentação essencial;
- o risco de externalização dos apoios, em vez do reforço dos recursos das escolas;

- a excessiva hierarquização das novas estruturas, potenciando mais burocracia;
- a indefinição quanto ao papel dos docentes de Educação Especial, cuja intervenção direta com os alunos poderá ser reduzida;
- o aumento das responsabilidades dos docentes sem redução da carga letiva nem melhoria das condições de trabalho;
- a ausência de medidas estruturais como a redução do número de alunos por turma e o reforço dos quadros de docentes, técnicos especializados e assistentes operacionais.

A FENPROF reafirma que uma escola verdadeiramente inclusiva exige investimento na Escola Pública e não apenas alterações legislativas. A inclusão concretiza-se com recursos humanos suficientes, equipas estáveis, condições de trabalho adequadas e respostas educativas desenvolvidas dentro das escolas. Por estas razões, a FENPROF defende que o novo regime apenas produza efeitos no ano letivo de 2027/2028, após a aprovação de toda a regulamentação necessária, a formação dos profissionais e a criação das condições indispensáveis à sua implementação.

Uma última nota para assinalar que outra das insuficiências da proposta do ministério é o facto de não ir além dos 18 anos. Prevendo-se na proposta o prosseguimento de estudos após o término da escolaridade obrigatória, esta deverá ser oportunidade para definir regras a aplicar no ensino superior.●

Revisão do regime jurídico  
da Educação Inclusiva – Posição  
da FENPROF no âmbito  
de Consulta Pública



## Questões e perigos anunciados de uma Inclusão excluída

Jorge Humberto Nogueira  
Ana Cristina Gouveia  
Dirigentes SPGL

O regime da educação inclusiva, consagrado no Decreto Lei n.º 54/2018, marcou uma viragem estrutural na forma como Portugal entende o direito à educação. Seis anos depois, o Governo coloca em auscultação pública uma proposta de alteração que, sem romper com o modelo conceptual existente, procura responder a fragilidades que a prática escolar tornou evidentes. A revisão não reescreve o paradigma; mas pretende clarificá-lo e tenta torná-lo exequível.

No essencial este documento acentua o caminho de uma Inclusão excluída, que muda algo para que tudo fique na mesma, sem investimento, centrando recursos em entidades externas e sem mudar o que efetivamente torna a Escola mais Inclusiva.

É uma alteração de cosmética e de semântica, acrescida do perigo de desqualificação das respostas, da sobrecarga das Escolas, e desvio de financiamento e do foco educativo para assistencial e médico-individual.

Não resolve o problema essencial da falta de recursos e centra a mudança numa alteração meramente organizativa, que nunca foi o problema, mas sim de má legislação e confusão concetual sobre Educação Inclusiva em particular e na sua operacionalização na Educação Portuguesa em geral.

Artigo completo





Encontro DEC(I)ÊNCIA

# Ciência, Inovação e Sociedade, só com o fim da precariedade

No passado dia 15 de julho, numa iniciativa promovida pela FENPROF, pela ABIC e FNSTFPS, teve lugar uma concentração de docentes do ensino superior, investigadores e outros trabalhadores científicos, em frente ao Centro de Congressos de Lisboa, durante a realização do Encontro Ciência e Inovação 2026, coincidindo com a chegada do ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre, e do primeiro-ministro, Luís Montenegro, a quem uma delegação das organizações promotoras do protesto entregou o manifesto reivindicativo.

O manifesto reclama a defesa da Ciência Pública, o fim da precariedade, mais investimento público e mais democracia interna nas instituições. A precariedade laboral é um dos problemas estruturais da ciência em Portugal, onde perduram as bolsas de investigação, os contratos a prazo e o recurso a falsos docentes convidados. O recém-aprovado Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC) tem alguns avanços (graças à luta persistente dos investigadores), mas carece de um financiamento para a integração na carreira. O manifesto aponta também o subfinanciamento crónico do ensino superior e das unidades de investigação, reclamando que a sustentabilidade da Ciência exige um reforço orçamental, estável e previsível. A escassez, irregularidade, e atrasos no financiamento

comprometem a qualidade e realização de projectos, e impossibilitam a estabilidade laboral dos seus profissionais.

O novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) continua a prever o modelo fundacional e a abertura às instituições privadas sem fins lucrativos (IPSFL), e não resolve os problemas de precariedade e erosão democrática. Pelo contrário, impede a participação democrática dos investigadores e docentes precários na democracia das instituições, ao mesmo tempo que aumenta o poder dos membros externos. A nova agência (AI2), criada sem a auscultação prévia da comunidade académica, virá instaurar lógicas de curto prazo com uma preferência demarcada pela ciência aplicada ao invés da ciência fundamental e das ciências sociais. ●

Manifesto Reivindicativo





# “É na participação em projetos que eles constroem o próprio conhecimento”

Lígia Calapez e Sofia Vilarigues | Jornalistas

“As preocupações azuis na comunicação em ciência”, é o projeto que nos levou à Anselmo Andrade, em Almada, envolvendo alunos do 12.º ano e, nomeadamente, a professora Élia Martins, que, neste quadro, participaram num congresso científico escolar, onde os estudantes apresentaram diversas comunicações. Mas não surge como uma iniciativa isolada. Antes se insere num trabalho sistemático que vem sendo desenvolvido ao longo dos anos e se desdobra em múltiplas atividades.

“Trabalhamos com os nossos alunos aqui na escola, desde o 5.º ano, e todos eles têm que fazer apresentações”, começou por referir Élia Martins. A capacidade de comunicação é uma preocupação permanente e transversal - “independentemente de ser um projeto ou de ser uma aula de ciências, é uma prática”. Que se cruza com uma outra, que é a capacidade de “transmitir aos colegas de outros níveis de ensino”.

Nesta iniciativa, que integrou a semana cultural, organizada anualmente pela escola, teve particular destaque o estudo das pradarias marinhas e a sua importância enquanto ecossistemas vitais para a saúde do oceano.

O que é o carbono azul? Foi esta uma das aprendizagens da Margarida e do Rafael, alunos do 12.º ano da escola, ao criarem as apresentações do congresso de comunicação em ciência.

Ambos descobriram a importância das pradarias marinhas, com as quais os subtemas das apresentações se relacionavam.

Este projeto trouxe ainda aprendizagens ao nível do desenvolvimento pessoal. Margarida salienta que “eu considero-me uma pessoa introvertida, mas acho que, quando tenho de fazer estes projetos, consigo libertar-me um bocadinho mais e expor-me um bocadinho mais. Tem que ser e então isto permite-me ser mais polivalente, digamos assim”.

Consideram este tipo de projetos “mais interessante que aulas expositivas”. E “permitem, também, comunicações interpessoais”, conclui o Rafael.●



Artigo completo



Lídia Bôto | Advogada SPGL

# A polémica dos exames nacionais mostra que a digitalização da escola pública pode transformar-se num instrumento de controlo se não respeitar limites legais e direitos dos docentes

**A** chamada modernização do MECI tem vindo a traduzir-se numa proliferação de plataformas digitais que intervêm em várias dimensões da vida escolar: gestão de recursos humanos, sumários, avaliação, inscrição e correção de exames, reapreciações e outros procedimentos administrativos. O problema não está na existência destas ferramentas em si. Está, sim, na forma como elas se multiplicam, muitas vezes, recolhem informação sobre os professores e alunos sem que estes conheçam de modo claro os objetivos finais dessa recolha, o destino dos dados ou o modo como poderão ser utilizados.

O caso da plataforma dos exames é particularmente revelador. A polémica recente não deve ser lida apenas como uma falha técnica ou organizativa, mas como um sintoma de um modelo de gestão em que o tratamento da informação se vai autonomizando da tutela dos direitos de quem trabalha na escola pública. Quando se mede tempo de correção por item, quando se cruzam dados sobre desempenho e produ-

tividade, quando se transferem direitos e deveres para sistemas digitais cuja arquitetura e gestão nem sempre são transparentes, levanta-se uma questão essencial: até que ponto os docentes sabem o que está a ser feito com os seus dados e para que fins concretos?

Do ponto de vista jurídico, não basta afirmar que a plataforma é necessária ou que serve a eficiência do serviço. A recolha e tratamento de dados pessoais exige base legal, finalidade determinada, proporcionalidade e informação completa aos titulares. Se a administração recolhe dados sem explicitar de forma inteligível os objetivos finais da sua utilização, então não está apenas a digitalizar procedimentos; está a fragilizar garantias fundamentais. E quando essa recolha incide sobre o exercício profissional, a questão deixa de ser meramente administrativa e passa a ter dimensão laboral e sindical.

Na verdade, o risco maior não é apenas o de excesso de burocracia digital. É o de uma transferência gradual de poder para plataformas que passam a estruturar a relação entre o Estado e os trabalhadores, sem debate sério e sem

participação efetiva, neste caso dos docentes envolvidos. O docente deixa de ser um sujeito com autonomia técnica e passa a ser um utilizador monitorizado, inscrito num circuito de dados cuja finalidade última nem sempre é clara. Essa lógica é especialmente preocupante quando se trata de avaliação, correção ou classificação, domínios em que a complexidade do trabalho não pode ser reduzida a métricas automáticas ou a indicadores descontextualizados.

A polémica dos exames nacionais, neste sentido, é mais do que um episódio conjuntural: é um exemplo concreto de uma tendência mais ampla de modernização administrativa que avança mais depressa do que a reflexão sobre os seus limites. Não se pretende rejeitar a tecnologia, mas para exigir que ela respeite direitos, transparência e controlo democrático. A escola pública não pode ser governada por sistemas opacos nem os docentes podem ser tratados como simples objetos de recolha de dados. Modernizar, sim. Recolha de dados e de informações sem respeito pelos direitos individuais, não.●

# A luta pela valorização da profissão e da Escola Pública prossegue em 2026/2027



**SPGL**

Sindicato dos Professores  
da Grande Lisboa  
membro da FENPROF

#### Sede

Rua Fialho de Almeida, 3,  
1070-128 Lisboa  
Tel: 213819100  
Fax: 213819199  
spgl@spgl.pt  
Direção: spgl@spgl.pt  
www.spgl.pt

#### Direção Regional de Lisboa

Rua Fialho de Almeida, 3 - 3.º  
1070-128 Lisboa  
Tel: 213819100  
Fax: 213819199  
dr@spgl.pt

#### Direção Regional do Oeste

**Caldas da Rainha**  
Av. Eng.º Luís Paiva e Sousa,  
4 B 2500-329  
Caldas da Rainha  
Tel: 262841065

Fax: 262844240  
caldasrainha@spgl.pt  
**Torres Vedras**  
Bº Vila Morena, Ed. Sol  
Jardim, Lj 3 - 2.º piso, Bl. 2  
2560-619 Torres Vedras  
Tel: 261311634  
Fax: 261314906  
torresvedras@spgl.pt

#### Direção Regional de Santarém

**Abrantes**  
Rua S. Domingos - Ed. S.  
Domingos, 3º B 2200-397  
Abrantes

Tel: 241365170  
Fax: 241366493  
abrantes@spgl.pt  
**Santarém**  
Rua Vasco da Gama,  
16 J - 1.º Esq. 2000-232  
Santarém  
Tel: 243305790  
Fax: 243333627  
santarem@spgl.pt  
**Tomar**  
Av. Ângela Tamagnini,  
n.º 28 r/c Esq.  
2300-460 Tomar  
Tel: 249316196  
Fax: 249322656  
tomar@spgl.pt

**Torres Novas**  
R. Padre Diamantino  
Martins, lote 4-Loja A  
2350-569 Torres Novas  
Tel: 249820734  
Fax: 249824290  
torresnovas@spgl.pt

#### Direção Regional de Setúbal

**Setúbal**  
Rua Dr. Alves da Fonseca,  
5 - 2.º 2900-218 Setúbal  
Tel: 265228778  
Fax: 265525935  
setubal@spgl.pt

**Barreiro**  
Rua Marquês de Pombal, 40  
- r/c 2830-336 Barreiro  
Tel: 212079395  
Fax: 212079368  
barreiro@spgl.pt  
**Almada**  
R. D. Álvaro Abranches da  
Câmara, n.º 42A  
2800-015 Almada  
Tel: 212761813  
Fax: 212722865  
almada@spgl.pt

[www.spgl.pt](http://www.spgl.pt)

